

Mais Bancário



As prioridades de António Fonseca

**Lutar por melhores reformas
e novas categorias profissionais**



Mapril Loureiro
Cliente Widex desde 2008

35 anos
a **recuperar**
a música
da sua vida



INFORME-SE NA WIDEX SOBRE AS CONDIÇÕES EXCLUSIVAS PARA BENEFICIÁRIOS DO SAMS

SAMS | Linha de Apoio | Marcações

210 499 999



Serviço disponível no Centro Clínico Ambulatório do **SAMS**,
Serviço de Audiofonia, em Lisboa, ou em qualquer
Centro Auditivo Widex em todo o país.

www.widex.pt

SAMS_0123



JOÃO CARVALHO

Um balanço

Valeu a pena lutar para que os bancários reformados e pensionistas possam receber o que é de seu direito. Resultou de uma proposta dos Sindicatos para se alcançar o acordo tripartido, entre os Sindicatos da UGT, o Governo e as Instituições de Crédito. Só perde quem desiste de lutar.

De facto, valeu a pena lutar, com a colaboração de muitos sócios, reformados, pensionistas e ativos, sempre norteados pelas Direções dos nossos Sindicatos Verticais. O investimento foi grande, mas valeu a pena para que os que fazem compras diariamente e sentem os aumentos do custo de vida possam ter uma pequena almofada, procurando assim atenuar os aumentos constantes.

Mas algo começa a estar mal no âmbito da contratação coletiva dos Bancários: os bancos responderam aos Sindicatos com 2,5% de aumento salarial, e vêm agora, individualmente e à margem da mesa negocial, oferecer 4% fora da tabela salarial. Os Sindicatos reivindicaram 8,5%, face a uma inflação estimada agora pelo Banco de Portugal em 7%. Por outro lado, ao receberem mais do BCE do que pagam nos depósitos dos clientes, os bancos mostram falta de respeito pelos Bancários e pelos Portugueses. Até a Comissão Europeia vê margem para subir mais os salários, recomendando: "A calibração dos salários deve apoiar o poder de compra dos trabalhadores, ao mesmo tempo que ajuda a aliviar a pressão sobre os preços."

Novo ato eleitoral está à porta no maior Sindicato Português, num processo que se prevê muito disputado pelas correntes político-sindicaes e por outras que se dizem independentes... falta saber de que independência andam a falar. Fazem afirmações gratuitas e sem qualquer contexto de verdade. Venho assumindo, há doze anos, a responsabilidade de Tesoureiro e de Vice-Presidente do nosso Sindicato, com dignidade e idoneidade. Não posso deixar de reagir e defender-me de acusações baratas e caluniosas, metendo todos no mesmo saco. Aqui fica o desafio para que façam as "acusações", agora muito em voga, pois ainda têm tempo antes do ato eleitoral.

Foram 45 anos de bons serviços prestados no Banco Central e doze e mais três anos à frente do nosso Sindicato, fazendo o melhor que pude e que soube, nunca rejeitando ajudar e/ou despistar os problemas dos colegas, sócios e beneficiários, para que obtivessem resposta. Nem sempre foi possível uma resposta positiva, mas ficou a consciência de que, quando teve de se dizer não, foi porque as Normas e Regulamentos não permitiam outra opção. Em todo o caso, nunca nenhum problema foi varrido para baixo do tapete.

É, pois, um pequeno balanço que aqui deixo e que será testemunhado por muitos anónimos e pessoas simples que foram ajudadas. Era o meu dever.

Deixo também uma palavra de agradecimento aos Trabalhadores do Sindicato/SAMS, pelo seu elevado grau de prontidão e disponibilidade, sendo credores do que hoje é o Maior Sindicato Português. Bem hajam! 🍷



Sindical

Meia pensão para bancários reformados

7



13

Sindical

IC dispostas a evoluir na revisão salarial do ACT

Sindical

IFAP: MAIS quer estender valor compensatório aos não abrangidos pela sentença | 6

Meia pensão para bancários reformados | 7

Sindicatos pedem às IC para estenderem apoios extraordinários aos pré-reformados | 8

IC dispostas a evoluir na revisão salarial do ACT | 9

Parvalorem insiste em congelar salários | 10

CGD aumenta proposta salarial, mas pouco | 11

Tudo preparado para as eleições! | 13

Entrevista António Fonseca

"Candidato-me porque tenho mais para dar ao Sindicato" | 14

SAMS: "Abertura ao exterior para aumentar benefícios" | 18

Sindical

Orçamentos: Este será um ano de consolidação | 20

Rentabilizar recursos | 23

Fundo de Pensões Haitong

Rentabilidade no vermelho | 24

Questões Jurídicas

Condições de trabalho e o Estado de Direito: o trabalho suplementar | 26

Visto de Fora

As prioridades erradas do BCE | 28

Tempos Livres

Entrar em 2023 com o pé direito | 31

Almoço-convívio reuniu antigos bancários | 31

Karting: Homenagem emocionante a colega falecido | 31

Talento à prova | 32

Passatempos | 34



13

Sindical

Tudo preparado para as eleições

Propriedade: Sindicato da Banca, Seguros e Tecnologias – Mais Sindicato
NIF 500 825 556

Correio eletrónico: direccao@mais.pt

Diretor: António Fonseca

Diretor-adjunto: João Carvalho

Conselho editorial: António Fonseca, Cristina Trony,

João Carvalho e Vânia Ferreira

Editor: Elsa Andrade

Redação, Edição e Produção:

Rua de São José, 131 | 1169-046 Lisboa

Tels.: 213 216 100 | Fax: 213 216 180

Correio eletrónico: maisbancario@mais.pt

Grafismo: Ricardo Nogueira

Pré-impressão e Impressão: Xis e érrre, xer@netcabo.pt

Rua José Afonso, 1, 2.º Dto. | 2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 34.326 exemplares (4.326 enviados por correio eletrónico)

Periodicidade: Mensal

Depósito legal: 310954/10

Registado na ERC: n.º 109.009

www.mais.pt

Estatuto Editorial

Consultável através do endereço:

https://www.mais.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx

A publicidade publicada e/ou inserta no Mais Bancário é da total responsabilidade dos anunciantes

Grande Angular

ECO

Seis banqueiros ganharam mais de um milhão

Seis banqueiros em Portugal ganharam mais de um milhão de euros em 2021, o dobro do ano anterior (marcado pela pandemia). Em média, estes gestores receberam 1,244 milhões de euros, entre remunerações fixas e variáveis, em linha com os valores registados em 2020, segundo um relatório divulgado esta quinta-feira pela Autoridade Bancária Europeia (EBA, na sigla em inglês).

(...) Os banqueiros portugueses com salário acima de um milhão de euros são uma gota em termos europeus. A autoridade da banca não identifica os seus nomes, nem o banco onde trabalham. O regulador detalha apenas que um tem funções de supervisão, outro de gestão, três trabalham na banca de retalho e há outro com outras funções.

De acordo com os relatórios dos bancos de 2021, Pedro Castro e Almeida foi o CEO mais bem pago naquele ano, tendo recebido do Santander Totta uma remuneração de 1,05 milhões de euros (513 mil euros na componente fixa e 539 mil na componente variável).

O CEO do BCP, Miguel Maya, teve uma remuneração de cerca de 950 mil euros, não tendo contado, assim, para os números divulgados pela EBA. Nos outros bancos, os CEO também tiveram remunerações inferiores a um milhão: João Pedro Oliveira e Costa recebeu 743 mil euros no BPI, enquanto as remunerações atribuídas a Paulo Macedo (Caixa) e António Ramalho foram pouco acima dos 400 mil euros.

Com seis banqueiros, Portugal surge à frente de países como Bulgária, Estónia, Grécia, Malta e Eslováquia (todos com 1), Chipre (2), Hungria e Eslovénia (3), Roménia (5). Croácia, Lituânia e Letónia não tinham registos de salários milionários na banca.

A Palavra ao sócio



Retificação

De Olga Duarte recebemos um pedido de publicação de alguns esclarecimentos sobre as suas afirmações na intervenção no Encontro do GRAM, publicado na edição n.º 22 (novembro de 2022), nas páginas 17 e 18.

A dificuldade de sintetizar, por falta de espaço, um discurso tão rico, gerou essas imprecisões. À D. Olga e aos leitores pedimos desculpa.

“Ao ler a publicação, constatei que algumas frases não correspondem ao que disse e que outras por incompletas teriam entendimento diferente do que aconteceu. (...) Acontece que, desde a publicação do artigo, tenho recebido dezenas de contactos de colegas que, ou trabalharam comigo, ou sabiam um pouco da minha vida no Banco, e estranharam algumas situações ali descritas que sabiam não terem sido assim.

Por essa razão, penso que se justifica a reposição da verdade dos factos relatados.

Assim, as situações referidas são:

- Na pág. 17, onde se diz “Aos 73 anos, 55 como bancária” deveria estar “Aos 73 anos, 32 como bancária”;

- Na página 18, onde se diz “quando abriu uma vaga para subgerente, foi ao diretor. Prometeu-lhe o cargo daí a um ano e cumpriu”. O que eu relatei foi: “Ao saber que ia ser colocado na vaga de subgerente um colega que não tinha,

no meu entender, perfil para tal e que seria eu, na prática, a desempenhar a função, disse ao diretor que se tal se confirmasse eu queria ir para outra agência; a direção nomeou-me 3.ª responsável da agência, com a promessa de que a próxima vaga de subgerente, noutra agência, seria para mim, o que cumpriram”;

- Em relação ao convite do Chase Manhattan Bank, recusei porque era um contrato a prazo e também porque iria sair da área comercial e não que “era para a área comercial”;

- Em relação ao cliente que queria falar com o gerente e quando eu apareci ele deu meia volta e disse “As mulheres já mandam nisto” e não “as mulheres não são gerentes”;

- Em relação ao caixa que se recusou a usar gravata eu disse que ele iria para a cave porque o serviço de tesouraria a que pertencia o caixa também tinha na cave a Casa Forte do mesmo serviço. Dito como aparece no artigo transmite uma ideia errada e poderá ser interpretado como um castigo ditatorial e injustificado;

- Em 1996, na direção, fui responsável pela área de “Recuperação de Crédito” e não, pela “Área de Produção de Crédito”;

- Numa reunião sobre as necessidades dos balcões, fui “a representante da área comercial” e não “foi apresentada à área comercial”.

Olga Duarte

IFAP: MAIS quer estender valor compensatório aos não abrangidos pela sentença

IFAP e tutela analisam estender valor compensatório da cláusula 92.^a, n.º 5 do ACT a todos os trabalhadores não abrangidos na sentença



INÊS F. NETO

O IFAP já procedeu ao pagamento do valor compensatório aos trabalhadores incluídos na ação judicial, no âmbito da sentença judicial que condenou o Instituto, segundo confirmação dos sócios do MAIS.

Recorde-se que a sentença – nesta parte – é referente ao valor compensatório pago até fevereiro de 2013 a quem descontava para a Segurança Social ou para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), conforme previsto na cláusula 92.^a/5 do ACT do Setor Bancário e que vigorou no ex-IFADAP.

Atendendo a que a sentença não abrange todos os associados que estavam naquela situação, o MAIS Sindicato pugnou, desde o primeiro momento, por um tratamento igual a quem estivesse na mesma situação

jurídica, tendo pedido, por escrito, a aplicação a todos da solução preconizada na sentença.

Intimação legal

Face à ausência de resposta àquele pedido, o MAIS viu-se forçado a lançar mão do mecanismo legal da intimação judicial para obtê-la. Intimado para o efeito, o IFAP informou que, em conjunto com a tutela, está a analisar o assunto no sentido de ser tomada uma decisão.

O Sindicato vai agora, e mais uma vez, insistir junto da tutela para que, com a máxima brevidade, definitiva e cabalmente, se chegue por fim à resolução desta situação.

O MAIS e os Serviços Jurídicos manter-se-ão atentos e prontos para reagir sempre que necessário na defesa intransigente dos direitos dos seus associados. 📌



Meia pensão para bancários reformados

Conseguimos!

INÊS F. NETO

Chama-se “Memorando para o Estabelecimento de um Complemento Excepcional a Pensionistas do Setor Bancário” o acordo tripartido entre o Governo, os Bancos e a UGT e os seus Sindicatos dos Bancários – MAIS, SBC e SBN – cuja assinatura está prevista para os próximos dias.

O Memorando prevê os procedimentos necessários para efetuar o pagamento da meia pensão. Após a sua assinatura pelas partes, MAIS, SBC e SBN imediatamente informarão todos os sócios reformados.

Numa nota enviada aos sócios, os Sindicatos frisam: “Não fazemos demagogia ... atingimos objetivos; não mentimos... agimos; não fazemos nosso o trabalho dos outros... anunciamos as nossas conquistas.” “O trabalho que estes Sindicatos fazem por vezes parece invisível para alguns, mas é constante e desenvolvido diariamente – e o que comunicam hoje é mais uma prova disso”, acrescentam.

Sem pausa, sempre a agir

Cerca de três meses passados desde que o Governo anunciou o pagamento de meia pensão a reformados e pensionistas, deixando de fora os bancários, os Sindicatos dos Bancários da UGT comunicam a todos os seus associados: os bancários reformados também vão receber a meia pensão, tal como os restantes pensionistas.

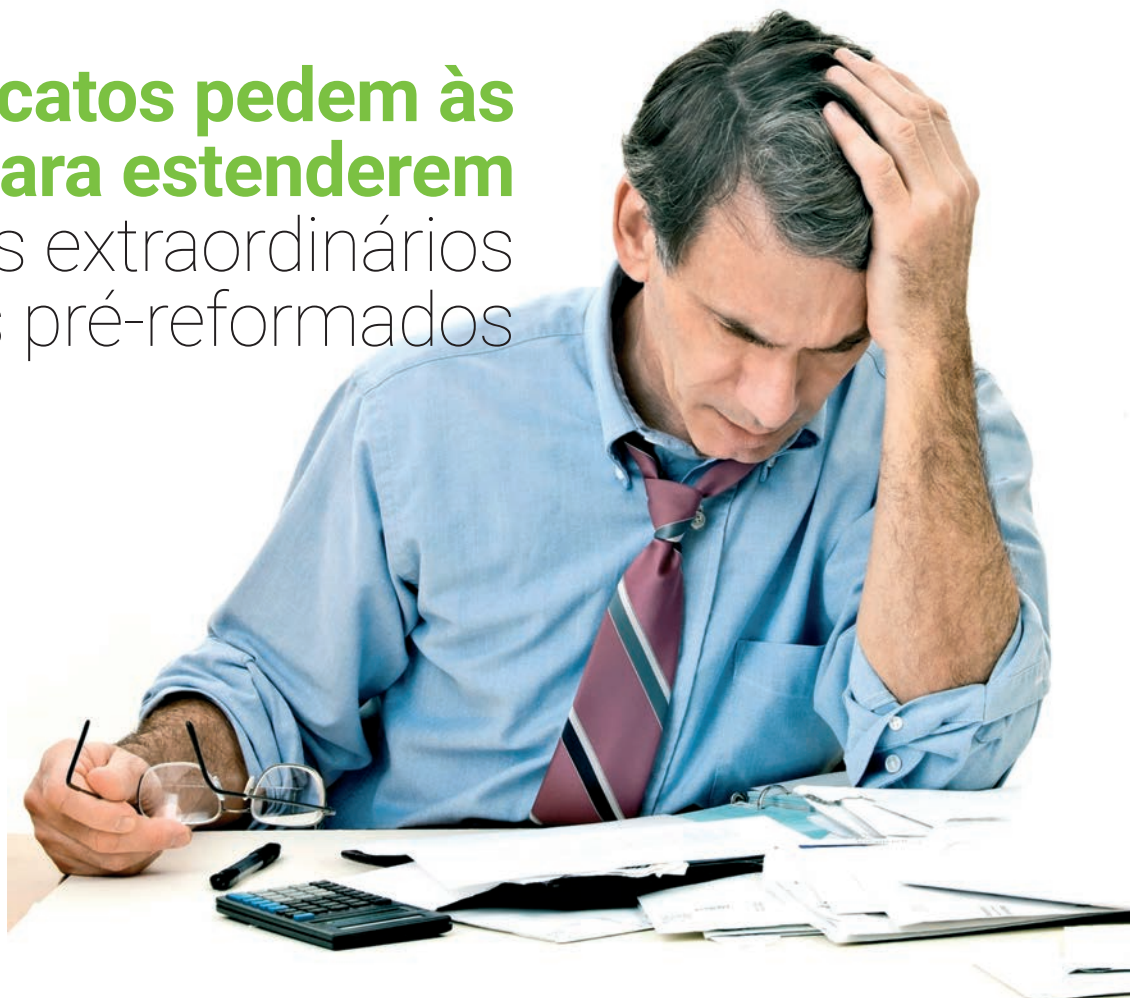
Ao longo desse tempo, o MAIS, o SBC e o SBN não estiveram parados, antes pelo contrário: recorreram a todos os meios ao seu alcance e a todas as entidades envolvidas denunciando a violação do princípio da igualdade e reivindicando o legítimo direito dos bancários reformados.

“E é porque não desistiram que hoje podem informar todos os seus sócios reformados que os Bancos vão pagar a meia pensão”, salientam.

Para estes Sindicatos, este é mais um testemunho de que estão sempre a agir em prol dos direitos dos sócios e informam-nos sem demagogias.

“Este é mais um exemplo, entre muitos outros, que faz com que milhares de bancários confiem nestes Sindicatos, tornando-os os maiores e verdadeiros Sindicatos no Setor”, concluem. 

Sindicatos pedem às IC para estenderem apoios extraordinários aos pré-reformados



Um grupo de bancários, os pré-reformados, devido à sua situação laboral não beneficiaram de qualquer apoio extraordinário. Face a esta injustiça, MAIS, SBC e SBN solicitaram aos bancos que lhes aplicassem as medidas decididas para os trabalhadores no ativo

INÊS F. NETO

Em 2022 muitas Instituições tomaram a iniciativa, por ato de gestão, de atribuir apoios extraordinários aos seus trabalhadores, cada uma adotando o critério que entendeu ser justo, e dessa forma ajudá-los a mitigar as dificuldades originadas pela escalada da inflação. Por sua vez, os bancários reformados, que tinham sido excluídos do pagamento da meia pensão, graças a estes três Sindicatos estão prestes a ver esta injustiça resolvida.

Porém, permanece a discriminação de um grupo de trabalhadores: os que, ainda no ativo, encontram-se na situação de pré-reforma.

Injustiça

Estes trabalhadores estão ainda no ativo – com o contrato de trabalho suspenso e um significativo corte no vencimento – e aguardam, pelo decurso do tempo, a chegada da reforma.

Socialmente, estão numa situação muito mais vulnerável do que qualquer outro trabalhador no ativo ou qualquer

reformado bancário, pois viram substancialmente diminuída e reduzida a contrapartida monetária no final do mês.

Com o intuito de reverter esta injustiça, estes Sindicatos solicitaram a todas as Instituições de Crédito (IC) com trabalhadores nesta situação que lhes aplicassem a solução preconizada para os trabalhadores no ativo, já que não foram contemplados com nenhuma medida de apoio.

Resolver

Tendo em conta o reduzido número de trabalhadores na situação de pré-reforma e o peso muito pouco significativo nas contas globais, deixar estes trabalhadores fora dos apoios traduzir-se-á no agudizar das dificuldades do quotidiano, numa flagrante injustiça e numa impiedosa omissão do respeito pelo princípio da igualdade.

Nesse sentido, é convicção do MAIS, do SBC e do SBN que as entidades visadas devem assumir o pagamento do apoio a esses trabalhadores, nas mesmas condições em que foi feito para a generalidade dos bancários no ativo. 



IC dispostas a evoluir na revisão salarial do ACT

Ainda sem nada concreto, há pelo menos a disponibilidade para avançar na proposta inicial. Nova ronda negocial a 10 de fevereiro

INÊS F. NETO

Na primeira reunião de negociação da revisão salarial para 2023, que se realizou dia 27 de janeiro, tudo ficou igual. As partes apresentaram a viva voz os seus argumentos, ainda muito longe para a possibilidade de um acordo. No entanto, as instituições de crédito (IC) manifestaram alguma flexibilidade para avançar na sua contraproposta de 2,5% na tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária.

Por sua vez, MAIS, SBC e SBN adiantaram que não abdicam de algumas das alterações ao clausulado que propuseram, pois representam um apoio aos rendimentos de ativos e reformados.

Em discussão esteve ainda o anúncio, por parte de três bancos, de aumentos salariais de 4% por ato de gestão. O grupo negociador das IC esclareceu que se trata de decisões individuais que não são chamadas à negociação, porque o que se debate à mesa é o aumento da tabela, que se aplica a ativos e reformados.

No entanto, os Sindicatos não deixaram de salientar que iniciativas dessas em simultâneo às negociações desvirtuam o processo.

A próxima reunião está agendada para 10 de fevereiro.

Atos de gestão

Lembre-se que antes ainda da primeira ronda negocial, algumas instituições de crédito subscritoras do ACT começaram a anunciar aumentos por ato de gestão, para aplicar já para janeiro.

O BPI, logo seguido pelo BST e o Novobanco, responderam, cada um por si, à proposta sindical de aumentos na tabela com um aumento salarial por ato de gestão, exatamente do mesmo valor percentual: 4%, só para os trabalhadores no ativo.

O que varia é o tipo de medidas suplementares de apoio aos trabalhadores, algumas das quais, reconheça-se, são meritórias, como o aumento do salário mínimo no BST para 1.400€ ou a abolição do rateio nos prémios de desempenho no Novobanco.

Não obstante considerarem que os trabalhadores merecem e algumas medidas são louváveis, estes Sindicatos exigem mais e criticaram esta forma de desvirtuar o processo negocial, que assim se torna um “faz de conta” só para cumprir uma exigência legal.

Recorde-se que a proposta reivindicativa do MAIS, SBC e SBN é de 8,5%, face a uma inflação registada de 7,8%. Para os Sindicatos da UGT esta posição configura falta de seriedade: ao proporem 4% por ato de gestão, estes bancos estão a condicionar o aumento das cláusulas de expressão pecuniária e a deixar de fora os reformados e pensionistas. Por outro lado, ao avançarem com os 4% e enaltecendo os seus trabalhadores pelos respetivos excelentes resultados, estes bancos provam que podem ir muito além da sua proposta formal. 

Parvalorem insiste em congelar salários

Apesar das tentativas de negociação do MAIS, SBC e SBN, e contrariando um despacho do Ministério das Finanças, a empresa pública continua a recusar-se a negociar a atualização das componentes remuneratórias previstas no ACT. Os Sindicatos solicitaram reunião à tutela

INÊS F. NETO

Desde a publicação do ACT da Parvalorem em 2021 (convenção que abrange igualmente a IMOFUNDOS), em todas as reuniões ocorridas com estes Sindicatos para atualização da tabela e cláusulas de expressão pecuniária a administração tem reiterado a intenção de não efetuar qualquer aumento, alegando a situação de empresa em reestruturação e a necessidade de estabilização da estrutura interna.

Não aceitando essa posição, os sindicatos insistiram na necessidade de melhorar as condições remuneratórias, no mínimo pela mesma percentagem em que o tinha sido a Função Pública para 2022.

Tudo foi recusado, mantendo a Parvalorem uma postura incompreensivelmente intransigente.

Reunião com tutela

Muito recentemente, na sequência do Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade subscrito pelos parceiros sociais, o Ministério tutelado por Fernando Medina emitiu um despacho onde ordena às administrações das empresas públicas que procedam a um aumento de 5,1% da massa salarial.

No despacho é ainda referido que “a concretização da orientação para a política salarial deve ser definida em cada empresa ou grupo de empresas através de negociação coletiva, quando esta exista”.

Perante o exposto, a Parvalorem não pode agora escudar-se na ausência de autorização superior e desrespeitar o princípio legal da negociação coletiva, que o próprio despacho recomenda.

Nada justifica, pois, a posição da empresa em recusar negociar a atualização das componentes remuneratórias previstas no ACT.

Assim, no sentido de desbloquear a situação e já que se trata de empresas públicas, MAIS, SBC e SBN solicitaram uma reunião ao Ministério das Finanças, que tutela a Parvalorem e a IMOFUNDOS. ▀





CGD aumenta proposta salarial, mas pouco

Na segunda ronda negocial, o banco público aceitou subir os aumentos salariais para 3,5% de média ponderada e evoluiu também noutras matérias. MAIS, SBC e SBN consideram insuficiente face às necessidades dos trabalhadores

INÊS F. NETO

Na segunda reunião para a revisão salarial deste ano, realizada no dia 26 de janeiro, as partes reiteraram os seus argumentos para as propostas apresentadas, que se mantêm ainda distantes.

No entanto, registou-se uma pequena evolução por parte da CGD, ao rever a sua posição inicial numa tentativa de aproximar-se da posição dos Sindicatos. Concretamente, a CGD aceitou subir para 3,5% de média ponderada, bem como aumentar o valor das propostas referentes a alguns subsídios, como o de Natalidade e o de trabalhador-estudante, e o plafond do crédito à habitação. Comprometeu-se ainda a analisar a possibilidade de subir o valor mínimo de aumento, que tinha indicado ser de 50€. Não obstante a abertura demonstrada na tentativa de aproximação, a posição da Caixa está ainda muito longe da proposta dos Sindicatos para corresponder às necessidades dos trabalhadores.

A diferença

Foi um pequeno passo em frente, depois de na primeira reunião, realizada uma semana antes, as posições terem-se mantido inalteradas. O único ponto de entendimento entre as partes foi a necessidade de que o processo seja rápido. Recorde-se que a proposta sindical é de 8,5% de aumento na tabela e cláusulas de expressão pecuniária, além de outras

cláusulas que podem contribuir para minimizar as dificuldades atuais dos bancários, ativos e reformados.

Na sequência dessa proposta, a 23 de dezembro a CGD respondeu com:

- Aumento médio de 3% na tabela salarial, com um mínimo de 50€;
- Aumento de 2% no subsídio de almoço;
- Aumento de 3% nas restantes cláusulas de expressão pecuniária, com exceção de abono para falhas e ajudas de custo;
- A todas as propostas de clausulado respondeu "Não aceite".

Sindicatos contestam

Na ocasião, os Sindicatos não deixaram de evidenciar que a contraproposta da CGD está muito longe do aceitável, nomeadamente por:

- Não repor o poder de compra;
- Não atingir, no mínimo, a taxa de inflação de 2022, que foi de 7,8%;
- Ser injusto para os trabalhadores, ao não verem compensado o trabalho que permitiu os excelentes lucros atingidos;
- Não equacionar as propostas sindicais, que vão além da tabela e das cláusulas de expressão pecuniária, e que podem contribuir para minimizar as dificuldades dos bancários, ativos e reformados.

MAIS, SBC e SBN manterão os seus sócios informados sobre o evoluir do processo. 

ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL

CONVOCATÓRIA

De harmonia com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do Artigo 20.º e dos n.ºs 1 e 2 do Artigo 45.º dos Estatutos, **convoco a Assembleia Geral Eleitoral do Mais Sindicato – Sindicato da Banca, Seguros e Tecnologias**, para os dias

28 e 29 de março de 2023

com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único – Eleição da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e dos Secretariados das Secções Sindicais referida no n.º 1 do Artigo 19.º dos Estatutos;

Esta Assembleia Geral decorrerá, das 00h00 do dia 28 de março, até às 18h00 do dia 29 de março, para a votação através da Internet.

Das 09h00 às 16h30 dos dias 28 e 29 de março, decorrerá a votação presencial na sede do sindicato na Rua de S. José, 131, em Lisboa, e nas sedes das Secções Sindicais Regionais, em quiosques eletrónicos.

A apresentação de candidaturas decorrerá **das 9h00 do dia 16 de janeiro até às 16h30 do dia 27 de janeiro de 2023**, sendo eleitores os sócios inscritos até 28 de setembro de 2022.

Lisboa, 28 de dezembro de 2022

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Ana Paula Viseu)



Tudo preparado para as eleições!

A MAG e os serviços do Sindicato estão a trabalhar ativamente para que tudo esteja em ordem para o ato eleitoral, a 28 e 29 de março. Esteja atento aos diversos prazos

INÊS F. NETO

As eleições para o próximo mandato para os órgãos do Mais Sindicato estão marcadas para os dias 28 e 29 de março, mas até lá muito há a preparar para que o processo decorra com toda a normalidade e de forma tranquila.

A Mesa da Assembleia Geral (MAG), apoiada pelos serviços do Sindicato, está a liderar o processo para que nada falhe.

Nesse sentido, vários passos têm de ser cumpridos e os respetivos prazos respeitados.

Atos e prazos

A MAG chama a atenção dos associados eleitores para diversas datas importantes. Entre elas, destaque-se:

- 8 de março: termina o prazo para os eleitores solicitarem à MAG o envio do material necessário para o voto por correspondência. Tenha atenção à data de envio do seu voto, e certifique-se de que este chegue ao

Sindicato até ao dia 28 de março, de forma a ser aceite, conforme a informação na carta rececionada;

- 13 de março: a partir desta data os sócios receberão em casa os programas das listas concorrentes;
- 13 de março: inicia-se a campanha eleitoral, que decorrerá até dia 27;
- 18 de março: inicia-se o envio do PIN para votar para a residência de casa do sócio, como habitualmente. Trata-se de uma carta que conterà o seu PIN no interior, semelhante aos dos cartões de crédito e sem o qual ninguém poderá votar. Caso não receba o PIN, deve contactar a MAG e solicitar um novo PIN, que será enviado ao sócio por SMS para o número de telemóvel que consta no ficheiro de sócios do Sindicato. Este é um momento oportuno para atualizar os seus dados no MAIS: morada, n.º telemóvel e endereço eletrónico.
- 28 e 29 de março: para facilitar o contacto e esclarecer qualquer dúvida, nos dois dias de votação estará ativa uma linha verde, cujos n.º são: 213 216 195, ext.: 26 195; e 213 216 196, ext.: 26 196 ▶

Como votar

Os sócios têm três formas de votar para os órgãos do Mais Sindicato – MAG, Direção, e Secções Sindicais Regionais e/ou de Empresa:

- Voto eletrónico: munido do PIN, pode votar através de um computador com ligação à internet ou por telemóvel;
- Voto por correspondência: recorde-se que a Mesa só envia o material a quem o solicitar; deve estar atento aos prazos para a chegada do seu voto ao Sindicato;
- Voto presencial: o Sindicato vai colocar quiosques de votação na Sede do Sindicato e nas sedes das Secções Sindicais Regionais para os sócios votarem, onde um trabalhador poderá apoiar quem sinta dificuldade na operação. Mas terá sempre de levar consigo o PIN.

Em momento de balanço

“Candidato-me porque tenho mais para dar ao Sindicato”

Assumi a presidência do MAIS a meio do mandato e começou por “limpar” a casa em termos de funcionamento, tanto na atividade sindical como no SAMS. Algumas das realizações da sua equipa já estão implementadas e a dar frutos – como a conquista da meia pensão –, mas reconhece que “ainda há muito para fazer”. Por isso, e pela primeira vez, candidata-se como cabeça de lista. Tem claras as suas prioridades: a melhoria das remunerações dos reformados, novas categorias e condições para os bancários no ativo e diversificar as fontes de financiamento do SAMS para manter ou aumentar os benefícios. António Fonseca na primeira pessoa

INÊS F. NETO

P – Foi difícil pegar num mandato que ia já a meio e que não estava a correr muito bem?

R – Foi muito difícil. Tivemos de fazer alterações internas profundas a nível da organização sindical, mas principalmente na forma de funcionamento do SAMS. Criámos um organigrama novo, imprimimos uma forma de trabalho

diferente no SAMS e criámos áreas importantes. Durante estes dois anos o nosso trabalho foi “arrumar uma casa”, o que tem de ser continuado, pois esta é uma casa com uma dimensão muito grande, muitos trabalhadores, muitos milhões de orçamento... Mas penso que estamos no bom caminho.



P – Como é que encontrou a “casa”?

R – Quando tomei posse como Presidente, em plena pandemia e com repercussões terríveis na área da saúde, tivemos alguma dificuldade em lidar com a situação. Tenho de assumir que tinha sido feito um erro evitável, o do encerramento do SAMS, por cerca de um mês, embora

deixando alguns serviços abertos e sem abandonar os beneficiários, que puderam sempre recorrer à rede convencionada. Reconheça-se, no entanto, que essa decisão não foi nossa, foi da direção clínica. Tínhamos um número elevado de pessoas contaminadas no hospital e quando a direção clínica nos disse que se não encerrássemos seria um 



caos, é óbvio que não poderíamos contrariá-la, para proteger beneficiários e profissionais. Face ao conhecimento atual, houve um excesso de zelo, assustámo-nos. Muitas outras instituições também encerraram, diga-se. Mas rapidamente o SAMS reabriu e voltou ao funcionamento normal. Já em 2021, a situação pandémica agravou-se mas o SAMS não fechou nem reduziu a atividade, pois toda a organização se preparou e adotou as medidas necessárias. Aliás, em determinada altura até apoiámos o SNS no tratamento de doentes não-Covid.

P – E a nível sindical?

R – Para mim é uma grande tristeza produzirmos tanto trabalho sem ser reconhecido. Continuamos a negociar as tabelas salariais, mas é quase desmotivante, porque as Instituições de Crédito (IC) têm sido muito violentas para com os trabalhadores, não aceitam nenhuma proposta nossa. Preocupam-se muito com os lucros dos acionistas. Quando não tinham lucros, o problema era esse, agora que os têm, o problema é que os lucros não são suficientes, nunca são. Os trabalhadores do ativo ainda vão sendo recompensados, nomeadamente através das remunerações indiretas que as IC praticam. Já os milhares e milhares de pensionistas têm tido, na última década, uma delapidação enorme nas suas remunerações.

Nova dinâmica

P – Se não é possível negociar quase nada, o que fazer? A negociação coletiva é um caso perdido?

R – Quero acreditar que não, até porque não estamos aqui para desistir e vamos continuar a trabalhar. Os bancários tinham algum espírito de união profissional e de setor, mas atualmente abandonaram essa postura. Os mais novos vivem num ambiente profissional de medo e de concorrência, que impõe o individualismo e dificulta muito as lutas sindicais. Os sindicatos já se depararam com situações de declaração de greve em que a adesão é muito reduzida. Ora quando as entidades patronais se apercebem da nossa falta de força junto dos associados, a situação fica mais difícil.

P – Têm alguma estratégia que futuramente possa romper esse bloqueio?

R – Teremos de ser mais criativos, encontrar outro tipo de estratégias e dinâmicas de negociação e tentar trazer os bancários para as nossas lutas. Estamos num processo de eleições, de renovar equipas, trazer novos modos de estar e de pensar, de forma a manter a luta necessária para não deixar cair a contratação, fundamental para todos. Afinal, só tivemos dois anos de mandato.

P – Tem havido uma saída forçada de bancários. O Sindicato desenvolveu algumas lutas em casos específicos...

R – Os últimos anos foram negros para os bancários. O Sindicato apoiou muito os trabalhadores e continuará a fazê-lo até ao final do processo. Devido à sua contestação junto das administrações do BCP e do BST, o número de afetados foi menos elevado do que o inicialmente proposto, mas, infelizmente, e apesar de toda a nossa dedicação, alguns trabalhadores acabaram por ser despedidos. Agora estamos na fase de contestação dos despedimentos coletivos e estamos convictos de que temos grandes hipóteses de sucesso nesta guerra jurídica.

Mas o problema da digitalização e automatização de serviços afeta-nos muito e continuará. Esta é uma matéria sobre a qual teremos de debruçar-nos seriamente, não vale a pena metermos a cabeça na areia e não perceber que a sociedade, e a banca em particular, estão em remodelação.

P – O que o Sindicato pode fazer?

R – Temos de criar outras áreas de atuação e negociar com a banca esta mudança. Se agora não são necessários *front-office* porque há máquinas para essas funções, então há outras áreas necessárias, como a informática, o controlo, etc. e teremos de criar novas categorias na banca. Essa é a única forma de nos adaptarmos à mudança. Para já, julgo que a situação está estabilizada, os bancos já fizeram a “limpeza” ... Aliás, hoje o número de balcões, comparativamente há dez anos, reduziu-se imenso. E é de tal forma que estamos a assistir a balcões sobrelotados, com imensas queixas dos clientes.

Sem balcões ou sobrelotados

P – A ausência de balcões, por um lado, e a sobrelotação, por outro, é um problema que os Sindicatos parecem não estar a equacionar. Não haveria aí um caminho de contestação?

R – É verdade, há uma lacuna grave, sobretudo em relação à CGD, que é um banco público e deve fazer serviço público, não encerrar balcões como qualquer banco comercial. Argumentar

que existem máquinas é falacioso, por escamotear que uma parte da população não está preparada para isso.

P – O Sindicato já fez algum protesto junto do acionista Estado?

R – Fazemo-lo constantemente nas reuniões com as administrações, mas devemos ser mais visíveis nas nossas contestações. Até porque esse serviço público não é só devido à CGD, os bancos comerciais também tinham esse cuidado e agora já não. Vivemos na era dos lucros constantes e esquecemos as pessoas. Este é um mal generalizado na nossa sociedade e a banca segue a “onda” de forma exagerada, pois encerra mais balcões do que o necessário, se não fosse assim não havia populações a protestar e balcões sobrelotados de clientes.

P – Por que o Sindicato não chama a Inspeção Geral do Trabalho (IGT)?

R – Infelizmente, na maioria das vezes em que chamamos a IGT os trabalhadores contornam a situação. Ainda recentemente estivemos com os presidentes dos três maiores bancos e ao levantarmos a questão responderam-nos que estavam a tomar medidas para acautelar a situação, mas a verdade é que chegamos aos balcões e estão cheios. O que prova, também, que muitos clientes querem um atendimento pessoal e não através de máquinas. Além de que há serviços que exigem a presença física, como para a abertura de uma conta, créditos à habitação ou pessoais. As administrações quiseram mostrar resultados aos acionistas e exageraram, prejudicando os clientes e o próprio negócio. Cometeram um erro: desfizeram-se de trabalhadores e agora andam numa corrida contra o tempo. Já ouvi presidentes de bancos assumirem que estavam a contratar pessoas. Se precisam de contratar, não deveriam ter mandado embora tantos trabalhadores.

Candidatura

P – Estão marcadas eleições: vai candidatar-se? O que pensa trazer de novo ao Sindicato se vencer?

R – Decidi candidatar-me porque tenho mais para dar ao Sindicato. Mas as coisas não se fazem só comigo, tenho uma lista de onze pessoas com todos os meios e capacidades. O meu foco para os próximos quatro anos estará principalmente na defesa dos reformados, que têm perdido muito. Temos de encontrar estratégias e soluções para compensá-los.

Por outro lado, o setor está a mudar e traz-nos também algumas outras formas de trabalhar, como o teletrabalho. Temos de adaptar-nos a esses novos regimes, que parecem positivos mas podem ser destruidores para os trabalhadores, face à invasão da vida privada e à ausência de horários. E essa será igualmente uma preocupação: as condições de trabalho e remunerações condignas dos trabalhadores no ativo.

P – Quando assumiu a Direção, uma das promessas foi “um sindicato de maior proximidade”. Considera que cumpriu?

R – Temos feito um grande esforço nesse sentido. A proximidade pode não ser física, mas de comunicação, e o MAIS tem muitas formas de fazê-lo. Aumentámos os meios

de comunicar com os sócios: já tínhamos para o Sindicato e recentemente abrimos páginas do SAMS nas redes sociais Facebook, Instagram e LinkedIn, bem como criámos um mini departamento onde trabalhamos a forma de comunicar com os beneficiários. Hoje esta é uma das formas de chegar mais próximo de pessoas que estão por detrás de computadores e telemóveis.

Temos também incentivado os nossos Secretariados, e vamos continuar, a estarem próximos dos sócios, a irem ao seu encontro. E eu tenho sido um presidente totalmente próximo dos bancários: vou muitas vezes aos locais de trabalho; recebo telefonemas, emails e mensagens nas redes sociais e tento sempre responder, se não pessoalmente encarregando alguém da resposta. É lógico que muito há ainda por fazer, e tentaremos melhorar.

P – A continuação dessa proximidade é uma promessa eleitoral?

R – Não é só uma promessa, é um compromisso. Vou candidatar-me e espero ter o reconhecimento do esforço feito. Sabemos que há muito trabalho para fazer (o trabalho sindical nunca está terminado) e nem sempre se consegue tudo o que nos propomos, mas a verdade é que hoje é mais difícil mudar um parágrafo numa convenção do que três ou quatro cláusulas há 30 anos. Os presidentes e administradores das IC ausentaram-se da mesa negocial, escudando-se em empresas de advogados que gerem as negociações para cumprir calendário. Já os alertámos para a importância da presença nas mesas negociais de um administrador com mandato para tomar decisões, porque negociar assim é quase impossível, parece uma conversa de surdos. E este é um dos principais problemas das negociações na banca: estão reduzidas a técnicos e não a pessoas com poder decisório, ou seja, a um leva-e-traz. 

Entendimento a três na meia pensão

P – Depois de tantas dificuldades, como encontraram uma solução para os bancários reformados receberem a meia-pensão?

R – Quando nos apercebemos da injustiça que o Governo criou, reagimos de imediato. O MAIS, o SBC e o SBN nunca abandonaram o objetivo, recorreram a todas as instituições, a todas as personalidades passíveis de nos ajudarem, e por fim conseguimos o que queríamos, porque os nossos reformados tinham direito. Foi um trabalho muito bem elaborado pelos três Sindicatos da banca da UGT, que estiveram sempre unidos. Foi fundamental encontrar uma solução entre as partes, porque em alternativa, a opção judicial seria sempre muito complicada e demorada.

P – Fundamental para esta vitória foi a união dos sindicatos e o foco no objetivo?

R – Não foi só o foco e a união dos Sindicatos, foi também a abertura por parte das instituições de crédito e do Governo, pois perceberam que o que estávamos a reclamar era de inteira justiça. O Governo, nomeadamente, reconheceu que a sua posição era incorreta. Vamos assinar um memorando tripartido, entre Governo, IC e Sindicatos, só possível quando as três partes negociam e acabam por se entender. 



SAMS

Abertura ao exterior para aumentar benefícios

P – O SAMS debate-se também com o problema de falta de beneficiários, devido ao decrescente número de bancários?

R – Sem dúvida. O que me consome mais horas de trabalho é a gestão do SAMS. Quem disser que o SAMS voltará a ser o que era há 30 anos está a mentir, é demagogia. Há 30 anos o SAMS tinha matéria-prima, isto é, tinha beneficiários e utentes que podiam ocupar toda a nossa estrutura. Hoje temos menos bancários, consequentemente menos beneficiários – portanto, menos contribuições para o SAMS, da parte dos beneficiários e das entidades patronais. Mas continuamos a ter o mesmo hospital, o mesmo Centro Clínico, as clínicas, ou seja, uma máquina montada para um número de utilizadores que já não existe.

P – O que pensam fazer? Fechar serviços?

R – Isso não faz parte dos nossos objetivos. A única forma é o caminho que estamos a seguir: a abertura a estruturas externas. Por exemplo, não podemos ter a máquina de radioterapia recentemente comprada através de uma parceria se não a rentabilizarmos, e não temos

doentes suficientes para rentabilizar uma máquina que custa quase quatro milhões de euros...

P – Então por que a compraram?

R – Comprámos porque servimos bem os nossos beneficiários e, por outro lado, vendemos esse serviço externamente. Assim rentabilizamos o investimento, servimos os nossos doentes com a última tecnologia, e servimos também a comunidade, pois há necessidade deste serviço em Portugal. Se queremos continuar a ser uma marca de referência, com tecnologias de última gama, temos de abrir e vender os nossos serviços ao exterior, de forma a conseguirmos margem de lucro para manter benefícios. E isso é central para nós: não reduzir o plano de benefícios aos sócios e beneficiários, e se possível aumentá-lo. Se queremos aumentar a produtividade e que o SAMS seja concorrencial face aos outros privados, temos de tratar todos os doentes que vêm até nós. Não podemos esquecer a realidade: os nossos beneficiários são cada vez mais velhos, e cada vez entram menos jovens na banca. Concluindo, o SAMS sem parcerias externas estaria condenado.

Parcerias essenciais

P – Têm trabalhado nesse sentido? Com que resultados?

R – Sim, bastante. Criámos uma direção de produção, que trabalha diariamente em protocolos com instituições e associações. Temos parcerias com seguradoras e com hospitais públicos com necessidade de combater as filas de espera nas cirurgias... São várias as áreas em que expusemos o nosso produto, da diálise à radioterapia, passando pela cirurgia. Fizemos parcerias bastante interessantes em termos económicos para o SAMS, e temos tido sucesso. Em 2019 atingimos o máximo em termos de prestação; 2020, com a pandemia, foi terrível para todos os sistemas de saúde e houve uma queda brutal nos nossos resultados. Em 2021 começámos a recuperar, em 2022 voltámos a subir exponencialmente e diria que em 2023 estaremos perto de ultrapassar os valores de 2019, com um novo patamar de estabilidade.

Aumentar consultas

P – Fixemo-nos em medidas concretas para os beneficiários. Alargou-se recentemente o horário do Atendimento Permanente (AP) do Centro Clínico. Há outras iniciativas previstas?

R – Temos estado a adaptar e a racionalizar os recursos com base na procura. Percebemos que em algumas áreas tínhamos certa dificuldade de resposta e começámos a abrir, como já aconteceu no passado, o Centro Clínico aos sábados, das 08h00 às 14h00, e com uma procura bastante elevada, pelo que já estamos a pensar estender o horário além das 14h00. Estamos atentos, monitorizamos o movimento e abrimos o número de consultas necessárias à procura existente.

P – Pensam abrir mais especialidades aos sábados?

R – É o que estamos a fazer e poderemos ainda aumentar o número de especialidades. Para já, ainda é possível encaixar mais especialidades no atual horário, temos salas disponíveis para isso. E estamos a monitorizar a procura em cada especialidade para aferir a periodicidade necessária e a qualquer momento pode ser ajustado. Alargámos em duas horas o horário do Atendimento Permanente (AP) do Centro Clínico, das 08h00 até às 22h00. Já me perguntaram porque o AP não está aberto também aos fins de semana. É simples: temos de racionalizar recursos e não há procura que justifique essa abertura. Além disso, a urgência do Hospital funciona 24 horas por dia/7 dias por semana.

Mais especialistas

P – E quanto aos profissionais?

R – Temos feito também um trabalho muito grande no rejuvenescimento dos nossos quadros médicos e técnicos. Isso não aconteceu durante muitos anos e agora estamos confrontados com o facto de muitos atingirem a idade de reforma, obrigando-nos a substituí-los, sempre com o objetivo principal de manter a qualidade em termos técnicos e científicos. O SAMS não é um projeto para um ano ou dois, mas para muitos anos.

P – Com a concorrência entre instituições e a falta de especialistas, há dificuldades na contratação?

R – É verdade, esse é um problema. A contratação de médicos é difícil, há escassez de profissionais em algumas especialidades e a rotatividade é grande, porque como há muita concorrência entre hospitais privados as remunerações estão inflacionadas. No entanto, todos os dias fazemos contratações. Em algumas especialidades ainda não atingimos o número de profissionais que gostaríamos, mas trabalhamos nesse sentido.

P – Quais são essas áreas?

R – Neste momento temos três áreas bastante complicadas na contratação: Anestesia, Reumatologia e Medicina Intensiva, um suporte fundamental no apoio ao bloco operatório. Tivemos também alguma dificuldade ao nível de médicos assistentes, mas neste momento está completamente ultrapassado. E temos ainda um défice na Medicina Oral.

P – O que mais tem sido feito?

R – Por fim, e para completar, temos apoiado o SAMS em todas as áreas e vertentes solicitadas pelos médicos. Sempre comprámos equipamentos novos e de tecnologia de última geração, mas estamos a entrar numa fase em que alguns deles têm de ser renovados. É o caso, por exemplo, do equipamento de gastroenterologia, na qual fizemos agora um investimento no equipamento de esterilização e assim passámos de dois para seis esterilizações simultâneas, o que nos permite fazer mais exames a um maior número de pessoas. Aqui as coisas são feitas com rigor, não ultrapassamos requisitos técnico-científicos para poupança de recursos, fazemos tudo conforme estabelecido pela classe científica.

Aposta na prevenção

P – Está prevista a aposta em alguma área nova?

R – Temos o objetivo de reforçar a prevenção da doença, uma área muito importante e nós somos exemplo disso: os nossos beneficiários têm uma vida longa, o que mostra que o SAMS tem tratado bem a sua saúde. Continuaremos a trabalhar nesse objetivo e agora com a nova Direção Clínica vão surgir novidades.

P – Quais?

R – Temos um projeto para a Ginecologia pronto para avançar, na área da prevenção dos cânceros da mama e do útero.

Pretendemos também aumentar as consultas de Pediatria e estamos a apostar no reforço da Oncologia e da Cirurgia, através do rejuvenescimento do quadro. Cada vez mais a medicina é especializada em áreas concretas, o que nos leva a contratar médicos específicos para cada uma. Além disso, o SAMS tem agora a capacidade para realizar novos exames, como a eletromiografia ou a ecoendoscopia, e voltou a ter acupuntura médica. ▶

QUEBRAR BARREIRAS
CONSTRUIR FUTURO

Orçamentos 2023

Este será um **ano de consolidação**

Os orçamentos do Mais Sindicato nas suas três vertentes – Atividade Sindical, SAMS e USP –, já aprovados em Conselho Geral, mostram que o Sindicato aproxima-se dos valores praticados em 2019, mas as consequências da pandemia, juntamente com a subida a pique da inflação e dos custos energéticos, vão obrigar o MAIS a redobrar esforços. A contenção continuará a ser uma realidade, sem deixar de prestar o melhor serviço aos sócios, beneficiários e utentes

PEDRO GABRIEL

A apresentação do orçamento da Atividade Sindical ficou a cargo de Ricardo Dias, um dos responsáveis técnicos pelo documento, que fez um balanço de 2022, que apesar de ser um ano de retoma, foi marcado por uma série de constrangimentos que afetaram a atividade do Sindicato. Além das consequências trazidas pela pandemia de Covid-19 acresceram ainda os efeitos da guerra e todas as consequências económicas, sociais e financeiras daí resultantes. A evolução tecnológica e a transformação digital tiveram e continuarão a ter um grande impacto, provocando uma redução do número de balcões, funções e bancários, com a consequente redução de associados.

Gastos...

O orçamento para 2023 aponta para um aumento dos gastos, suportado pelo aumento da atividade, pelo aumento exponencial dos preços e por ser ano de eleições para os órgãos do Sindicato. Apesar destes aumentos, o resultado orçamentado continua a ser positivo, fruto de uma gestão criteriosa dos recursos, com rigor, responsabilidade, transparência, racionando e otimizando recursos, mas sem comprometer a defesa dos associados.

Assim, estima-se que no próximo exercício, o resultado atinja 987 mil euros, um decréscimo de 22% em relação ao estimado para 2022. No que respeita aos gastos orçamentados para 2023, no total de 7 milhões de euros, destacam-se as

rubricas Fornecimentos e Serviços Externos, no valor de 3,6 milhões de euros, que correspondem a 51% dos gastos e com um aumento de 4%, justificado principalmente com os serviços especializados devido ao processo eleitoral e à rubrica de eletricidade (12%).

Nota ainda para a rubrica Outros Gastos, no montante de 572 mil euros, representando 8% do total e uma variação positiva de 12%, justificado com a atribuição dos subsídios para as campanhas eleitorais.

...e rendimentos

Em relação aos rendimentos, no total de 8 milhões de euros, salientam-se:

- As quotizações, no montante de 5,7 milhões de euros, representando 71% do total, sem variação

Quadro 1 Atividade Sindical - Perspetiva global

	Realizado 2021	Estimado 2022	Orçamento 2023	Estrutura %	Variação	
					E22/R21	O23/E22
Gastos	9.452.752 €	6.719.258 €	7.008.166 €	100%	-29%	4%
Custo Merc. Vend. Mat. Cons.	11.434 €	19.692 €	11.271 €	0%	72%	-43%
Fornec. e Serv. Externos	2.854.921 €	3.360.782 €	3.570.756 €	51%	18%	6%
Gastos com o Pessoal	2.339.909 €	2.368.380 €	2.386.827 €	34%	1%	1%
Gastos de Deprec. e Amort.	486.268 €	437.737 €	441.140 €	6%	-10%	1%
Perdas por Imparidade	4.725 €	0 €	0 €	0%	-100%	-
Provisões do Período	3.254.672 €	0 €	0 €	0%	-100%	-
Outros Gastos	484.778 €	508.807 €	571.927 €	8%	5%	12%
Gastos de Financiamento	16.045 €	23.860 €	26.245 €	0%	49%	10%
Rendimentos	7.782.797 €	7.987.323 €	7.995.413 €	100%	3%	0%
Serviços Prestados	1.332.725 €	1.937.600 €	2.030.250 €	25%	45%	5%
Quotiz./Contrib.	5.787.048 €	5.649.900 €	5.673.400 €	71%	-2%	0%
Subsidios, doações e legados à expl.	0 €	810 €	0 €	0%	-	-100%
Reversões	4.581 €	0 €	0 €	0%	-100%	-
Outros Rendimentos	634.934 €	379.943 €	259.383 €	3%	-40%	-32%
Juros e Outros Rend. Similares	23.509 €	19.070 €	32.380 €	0%	-19%	70%
Resultado Líquido do Exercício	-1.669.955 €	1.268.065 €	987.247 €	-	>100%	-22%

Quadro 2 Atividade Sindical - Valor das quotizações/contribuições

	Realizado 2021	Estimado 2022	Orçamento 2023	Estrutura %	Variação	
					E22/R21	O23/E22
Quotiz./Contrib.	5.787.048 €	5.649.900 €	5.673.400 €	100%	-2%	0%
Quotizações Sindicais	5.738.245 €	5.601.100 €	5.624.600 €	99%	-2%	0%
Outras	48.802 €	48.800 €	48.800 €	1%	0%	0%

significativa em relação ao previsto para 2022;

- A prestação de serviços, no montante de 2 milhões de euros, representando 25% do total, orçamenta-se um aumento de 5%, com a perspetiva da realização de mais circuitos turísticos.

Consolidação

A previsão orçamental do SAMS para 2023 foi apresentada por José Carlos Caiado, que sublinhou o atual enquadramento de crescimento dos custos de produção motivados pela inflação elevada e, por outro lado, a situação global de mercado concorrente no que se refere à atividade privada de saúde. O membro da Comissão Executiva explicou que 2023 será um ano de consolidação e de estabilização da

atividade e foi orçamentado tendo em conta uma perspetiva de recuperação contínua da atividade da prestação interna, bem como a continuidade no reforço das parcerias externas, quer com entidades privadas quer no âmbito do SNS.

A aposta numa melhor utilização dos recursos disponíveis será uma realidade, melhorando os níveis de qualidade e de acessibilidade aos cuidados de saúde a custos comportáveis para os beneficiários e para o SAMS enquanto financiador. Para José Carlos Caiado, será fundamental a implementação contínua de medidas do lado da despesa de modo a ser possível fazer mais com os mesmos recursos disponíveis, num ano que será fortemente afetado pelo aumento dos custos de produção.

Contenção

O orçamento da atividade do SAMS para 2023 apresenta um saldo negativo de 432 mil euros, traduzindo, em termos globais e relativamente ao previsto para 2022, uma evolução positiva que resulta do esforço de contenção dos gastos, sendo que os rendimentos terão uma evolução positiva de 3%.

O resultado orçamentado para 2023 corresponde a um aumento, em cerca de 4,1 milhões de euros, em relação ao esperado para 2022, em resultado, essencialmente do aumento dos rendimentos de serviços prestados, em 3,8 milhões de euros, e do controlo dos gastos, orçamentando-se uma ligeira diminuição dos mesmos em 317 mil euros (-0,2%). Nos gastos, destaque para a rubrica Fornecimentos e serviços externos, ►

Quadro 3 SAMS – Perspetiva global

	Realizado 2021	Estimado 2022	Orçamento 2023	Estrutura %	Variação E22/R21 O23/E22	
Gastos	129 144 238 €	130 717 239 €	130 399 852 €	100%	1%	0%
Custo Merc. Vend. Mat. Cons.	16 039 292 €	16 961 083 €	17 750 029 €	14%	6%	5%
Fornec. e Serv. Externos	37 260 301 €	39 764 691 €	41 042 572 €	31%	7%	3%
Gastos com o Pessoal	35 717 826 €	34 124 308 €	34 288 407 €	26%	-4%	0%
Gastos de Deprec. e Amort.	3 956 587 €	3 519 777 €	2 658 719 €	2%	-11%	-24%
Perdas por Imparidade	1 156 523 €	0 €	0 €	0 €	-100%	-
Provisões do Período	16 931 €	0 €	0 €	0 €	-100%	-
Outros Gastos	34 879 062 €	36 230 680 €	34 542 410 €	26%	4%	-5%
Gastos de Financiamento	117 716 €	116 700 €	117 715 €	0%	-1%	1%
Rendimentos	129 940 876 €	126 144 375 €	129 967 798 €	100%	-3%	3%
Vendas	4 650 868 €	4 736 150 €	5 205 860 €	4%	2%	10%
Serviços Prestados	33 845 991 €	34 528 250 €	35 830 000 €	28%	2%	4%
Quotiz./Contrib.	84 046 120 €	85 348 259 €	87 527 960 €	67%	2%	3%
Subsídios, doações e legados à expl.	0 €	13 750 €	0 €	0%	-	-100%
Reversões	6 026 906 €	0 €	0 €	0 €	-100%	-
Outros Rendimentos	1 298 274 €	1 497 066 €	1 336 178 €	1%	15%	-11%
Juros e Outros Rend. Similares	72 717 €	20 900 €	67 800 €	0%	-71%	>100%
Resultado Líquido do Exercício	796 637 €	-4 572 864 €	-432 054 €	-	>-100%	91%

Quadro 4 SAMS – Benefícios, contribuições e taxa de transformação

Indicador de atividade	Realizado 2021	Previsto 2022	Orçamento 2023	Variação E22/R21 O23/E22	
Benef. atribuídos aos beneficiários [1]	79 167 816 €	89 925 870 €	88 142 560 €	14%	-2%
Contribuições [2]	84 046 120 €	85 348 259 €	87 527 960 €	2%	3%
Tx. de Transf. em Benef.-SAMS ([1]/[2])	94,2%	105,4%	100,7%	11 p.%	-5 p.%

Quadro 5 Valor das quotizações /contribuições

	Realizado 2021	Estimado 2022	Orçamento 2023	Estrutura %	Variação E22/R21 O23/E22	
Quotiz./Contrib.	84 046 120 €	85 348 259 €	87 527 960 €	100%	2%	3%
Instituições - Regime Geral	63 782 488 €	65 725 205 €	67 565 981 €	77%	3%	3%
Trabalhadores - Regime Geral	16 633 381 €	16 024 688 €	16 356 569 €	19%	-4%	2%
Outras - Regime Geral	7 555 €	7 560 €	7 560 €	0%	0%	0%
Trabalhadores - Regime Especial	3 622 696 €	3 590 806 €	3 597 850 €	4%	-1%	0%

no valor de 41 milhões de euros, correspondendo a 31% do total e a um aumento de 3% face ao estimado. Já nos rendimentos, a maior fatia corresponde ao valor das contribuições, no montante de 87,5 milhões de euros (67% do total). O valor orçamentado em contribuições para 2023 compreende

um volume global de 87,5 milhões de euros. A taxa de transformação em benefícios cifra-se nos 100,7%. A estimativa de valor das contribuições acompanha a redução média de valores dos últimos três anos com impacto anual de 1% sendo coincidente com a evolução do número de beneficiários do SAMS,

o aumento em 1.600 beneficiários resultante do novo acordo com o BNP Paribas e as atualizações salariais previstas para 2023.

Recursos internos

António Fonseca explicou que muito se tem recuperado desde o "buraco" da pandemia de covid-19, mas alertou

para o elevado valor do consumo energético, na ordem dos 1,2 milhões de euros, que disparou à boleia da guerra na Ucrânia. “A guerra mexe com tudo, como nos nossos custos de produção”.

O presidente do MAIS e da Comissão Executiva referiu que o SAMS tem uma disponibilidade de produção muito superior ao número de bancários, o

que obriga a um esforço extra para compensar essa perda. “Só com o aumento de utentes poderemos contrariar o corte de benefícios aos beneficiários. Temos de encontrar formas de dizer aos nossos beneficiários que venham aos nossos serviços internos”, sublinhou. António Fonseca garantiu ainda que tem havido um esforço enorme no

rejuvenescimento do quadro médico e alertou que as medidas de controlo da despesa não podem ser deixadas de lado. “Os preços da saúde vão aumentar e vamos tentar que não se reflita nos beneficiários”.

Em relação ao orçamento para 2023, António Fonseca considera-o um “bom resultado”, muito graças à entrada dos beneficiários do BNP Paribas. 

Rentabilizar recursos

Ricardo Dias também fez a apresentação do orçamento da USP, organismo que agrega as atividades de apoio instrumental às unidades de prestação de serviços da Atividade Sindical e do SAMS e cujo objetivo é a obtenção de um resultado do exercício nulo, ou seja, todos os gastos correspondem na íntegra ao rendimento.

No que respeita aos gastos orçamentados para 2023, no total de 4,2 milhões de euros, salientam-se cinco:

- Os gastos na rubrica “Gastos com o Pessoal”, que representa 73% do

total, já contando com saídas por reforma e novas admissões;

- A rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, que representa 21% do total, registará em 2023, um aumento de 21 mil euros (+2%), principalmente nas contas de honorários e subcontratos gerais;
- Regista-se ainda uma diminuição dos gastos de depreciação e amortização orçamentados para 2023 em 166 mil euros (-53%) com o fim da amortização do parque de estacionamento do Centro Clínico de Lisboa.

Em relação aos rendimentos, no

total de 4,2 milhões de euros (-5%), salienta-se a prestação de serviços, que constituem 95% do total e para os quais se orçamenta uma evolução negativa de 5% face ao corrente ano.

Ricardo Dias explicou que a política de racionalização de custos terá de ser permanente, bem como a procura por maximizar a rentabilização de recursos, o que se traduz em ganhos de eficiência, economias de escala e eliminação de desperdícios nas atividades de suporte, visando sempre melhorias nos níveis de serviço.

Quadro 6 USP – Perspetiva global

	Realizado 2021	Estimado 2022	Orçamento 2023	Estrutura %	Variação	
					E22/R21	023/E22
Gastos	4.614.503 €	4.429.350 €	4.226.331 €	100%	-4%	-5%
Custo Merc. Vend. Mat. Cons.	68.765 €	80.790 €	84.550 €	2%	17%	5%
Fornec. e Serv. Externos	818.466 €	874.425 €	895.170 €	21%	7%	2%
Gastos com o Pessoal	3.381.320 €	3.155.860 €	3.094.827 €	73%	-7%	-2%
Gastos de Deprec. e Amort.	341.771 €	314.774 €	148.283 €	4%	-8%	-53%
Outros Gastos	3.832 €	3.451 €	3.451 €	0%	-10%	0%
Gastos de Financiamento	349 €	50 €	50 €	0%	-86%	0%
Rendimentos	4.614.503 €	4.429.350 €	4.226.331 €	100%	-4%	-5%
Serviços Prestados	4.148.595 €	4.195.960 €	3.994.131 €	95%	1%	-5%
Subsídios, doações e legados à expl.	0 €	1.190 €	0 €	0%	-	-100%
Reversões	256.604 €	0 €	0 €	0 €	-100%	-
Outros Rendimentos	209.303 €	232.200 €	232.200 €	5%	11%	0%
Resultado Líquido do Exercício	0 €	0 €	0 €	-	-	-

Rentabilidade no vermelho



O relatório do Fundo de Pensões Haitong contém duas partes: análise atuarial e análise da performance. O parecer relativo à evolução do Fundo é positivo, mas a taxa de rentabilidade negativa constitui uma situação que deve ser mantida debaixo de olho

PEDRO GABRIEL

O **quadro 1** mostra que a população coberta sofre uma redução de 0,9%

(Plano 1 e Plano 2), enquanto o Plano 1 se reduz em 0,5% diminuindo ligeiramente o peso relativo dos ativos em 2022.

Na população de ativos verifica-se um decréscimo de 1,2% dos colaboradores ativos e ex-participantes, ao passo que na

Quadro 1 População do Fundo

População	Número		Peso		Variação %
Plano 1	2021	2022	2021	2022	
Participantes ativos e ex-trabalhadores	173	171	77,90%	77,38%	-1,2%
Pensionistas	49	50	22,10%	22,62%	2,0%
Total Plano 1	222	221	100%	100%	-0,5%
Plano 2					
Pensionistas	5	4	100%	100%	-20,0%
Total Plano 2	5	4	100%	100%	-20,0%
TOTAL (Plano 1 + Plano 2)	227	225	-	-	-0,9%

população de reformados registou-se uma queda de 20% dos beneficiários.

Já no **quadro 2** verifica-se uma diminuição de 27,9% nas responsabilidades. Para este resultado muito contribuiu o aumento da taxa de desconto de 1,47% em 2021 para 3,5% em junho de 2022.

No Plano 1, o excedente passa de 3.936.231 euros em 2021 para 11.898.669 milhões de euros em 2022, a que corresponde um aumento de 202,3%.

O nível de cobertura passa de 109% em 2021 para 136% em 2022.

No Plano 2, o excedente diminui em 10,2% passando de 2.255.778 euros em 2021 para 2.026.009 milhões de euros em 2022.

O valor do Fundo reduziu 28,8%.
(Quadro 3)

Performance

A carteira do Fundo de Pensões Haitong é composta em grande parte por Obrigações. A situação em 31 de dezembro de 2021 encontra-se explícita no **quadro 4**.

A componente acionista representava 21%. O remanescente era liquidez, com 3%.

Em 30 de outubro de 2022, o rendimento da carteira atingiu uma performance de 106,21. O *benchmark* no mesmo período atingiu a performance de 94,62, representando um diferencial a favor do Fundo de 11,59 pontos. Em 31 de dezembro de 2021, a rentabilidade ponderada do Fundo Haitong 1 tinha sido 4,14% e a do *benchmark* 2,61%, segundo a Capsicalculus, empresa especializada responsável pelos pareceres para o MAIS.

Segundo o GNB Fundo de Pensões, a rentabilidade do Fundo Haitong em 2022 (até outubro) era de -7,54% contra -13,68% do *benchmark*.

Segundo a Mercer, o diferencial da rentabilidade a cinco anos e cinco meses entre o Fundo Haitong versus *benchmark* foi de 1%. ▀

Quadro 2 Valor das Responsabilidades

Total das responsabilidades passadas 2021	Total	Peso
Plano 1	46 040 746	92,00%
Plano 2	4 028 693	8,00%
Total	50 069 439	100,00%

Total das responsabilidades passadas 2022		Peso
Plano 1	32 796 323	90,87%
Plano 2	3 293 624	9,13%
Total	36 089 947	100,00%
Variação 2022/2021	-27,9%	

Quadro 3 Fundo de Cobertura

Total das responsabilidades passadas 2021	Plano 1	Plano 2
A - Respons. Serviços Passados (VAPP + VARSP)	46 040 746	4 028 693
B - Valor do Fundo a 31/12/2021	49 976 977	6 284 471
Nível de Financiamento (B) / (A)	109%	156%

População Participante e Beneficiária 2022		Peso
A - Respons. Serviços Passados (VAPP + VARSP)	32 796 323	3 293 624
B - Valor do Fundo a 31/12/2021	44 694 992	5 319 633
Nível de Financiamento (B) / (A)	136%	162%
Variação 2022/2021	-28,8%	6%

Quadro 4 Análise da Performance do Fundo

Classe de Ativos	Montante (€)	% Carteira
Obrigações Retorno Absoluto	7 538 261	17,83%
Obrigações Gov Mercados Emergentes	1 930 158	4,57%
High Yield	3 750 189	8,87%
Ações Globais	10 544 226	24,95%
Global Short Duration Bonds	4 419 956	10,46%
Ações Globais "Small Cap"	3 938 915	9,32%
Ações Mercados Emergentes	3 857 808	9,13%
Fundos de Ret Absoluto "Multistrategy"	5 184 750	12,27%
Liquidez	1 103 556	2,61%
Total	42 267 819	100,00%

Condições de trabalho e o Estado de Direito: o trabalho suplementar

O trabalho suplementar não pago é um flagelo social, que deve ser efetiva e definitivamente afastado do moderno Estado de Direito. Sejam os claros: o não respeito pelo pagamento de todo o trabalho efetuado deve ser criminalizado

JOSÉ PEREIRA DA COSTA*

Como temos assumido em vários fóruns, é hora de debatermos um dos temas mais relevantes para os trabalhadores portugueses e suas entidades patronais, públicas ou privadas, quer na dimensão laboral, quer na social e económica: o trabalho suplementar, sua efetivação e pagamento, aproveitando a espuma dos dias, nomeadamente o que foi referido sobre condições laborais em virtude da realização do Campeonato do Mundo de futebol no Catar.

Trabalho suplementar, recorda-se, é toda aquela prestação laboral que excede o limite do horário de trabalho e que é efetivada por determinação da entidade patronal.

Com efeito, há muito tempo que temos vindo a defender, na senda do que preconiza a Organização Mundial do Trabalho, que o trabalho suplementar não pago é um flagelo social, que deve ser efetiva e definitivamente afastado do moderno Estado de Direito.

A Constituição da República Portuguesa e os Tratados e Convenções Internacionais a que Portugal está vinculado, bem como a imposição ética de que todo o trabalho deve ser remunerado, impõem que as autoridades públicas,

nomeadamente a Autoridade para as Condições do Trabalho e o Ministério Público, atuem neste âmbito.

Ação tripla

É por isso mesmo que tenho defendido que essa atuação deve ser tripla:

- Por um lado, devem ser criadas condições para formar e informar os trabalhadores e as entidades patronais para a necessidade de se remunerar e compensar todo o trabalho suplementar, apostando-se na prevenção;
- Depois, devem ser formadas equipas de investigação que efetivamente fiscalizem a prestação deste trabalho, impondo-se, como obriga a Lei no artigo 231.º do Código do Trabalho, que o empregador mantenha um registo de trabalho suplementar em que, antes do início da prestação de trabalho suplementar e logo após o seu termo, são anotadas as horas em que cada uma das situações ocorre – registo que deve ser assinado pelos trabalhadores;
- Por último, deve apostar-se na criminalização das condutas violadoras da obrigação de pagamento de trabalho suplementar, através de um processo de investigação que respeite as regras processuais aplicáveis.



Criminalização

Sejamos claros, para que não subsista qualquer dúvida: o não respeito pelo pagamento de todo o trabalho efetuado deve ser criminalizado.

Este tema é tão ou mais sensível, quanto no âmbito de processos judiciais que se destinem a efetivar a compensação de trabalho suplementar é essencial demonstrar que o trabalho suplementar foi prestado e que essa prestação foi determinada pela entidade patronal. Essa demonstração, exigência, sublinhe-se, legal, é feita através de prova. Para esse efeito, as escalas de serviço e, ou, documentos que provem a efetiva prestação de trabalho suplementar, determinado pela entidade patronal, é absolutamente essencial à procedência das respetivas ações. É nesta lógica de raciocínio que se insere a obrigatoriedade do já referido registo de horas de trabalho, de forma a que o trabalhador tenha acesso ao efetivo número de horas que trabalhou.

Sucede, porém, que esse registo não é respeitado por algumas entidades patronais, como se tem verificado em ações inspetivas da Autoridade para as Condições do Trabalho, pelo que o acompanhamento do respetivo

processo contraordenacional tornou-se fundamental para garantir, no futuro, a compensação dos trabalhadores pela execução do seu trabalho.

Proteção pública

A relação desproporcional que se sedimenta no mundo do Direito do Trabalho tem, nesta sede, uma efetiva e necessária obrigação de proteção pública: o Estado não pode deixar de se preocupar com a propagação de trabalho suplementar não compensado que se tem verificado, considerando, até, a falta de denúncia, pelas mais diversas razões, todas entendíveis, por parte dos trabalhadores. É certo que entre as situações claras de violação dos Direitos Humanos e aquilo que aqui tratei há uma diferença substancial, sublinha-se, de grau; mas a essência da questão é a mesma: é fundamental, fulcral, diria mesmo, que todos saibamos que o trabalho deve ser prestado em condições de dignidade social e, por isso, deve ser pago – e isso não é mais do que o corolário da relação laboral do Estado de Direito em que vivemos. 

**Advogado do Mais Sindicato*



As prioridades

Ao desafiar o governo espanhol quanto a um imposto temporário sobre os lucros dos bancos, o BCE mostrou efetivamente em que lado da barricada se encontra. Ao invés de cumprir a sua função de supervisão, o regulador tenta a todo o custo proteger os lucros dos bancos. Mais uma vez, são os cidadãos os principais prejudicados, como explica o professor de Economia David Hollanders*, cujo artigo de opinião publicamos

DAVID HOLLANDERS*

O Banco Central Europeu (BCE) deve supervisionar os bancos em nome dos cidadãos europeus. Desde que esta autoridade monetária se tornou supervisora de todos os bancos 'significativos' da zona euro em 2014, tem feito, no entanto, o contrário: supervisiona os Estados-membros em nome dos bancos comerciais. Deu o seu parecer 'sobre a implementação de taxas temporárias sobre certas instituições de crédito' que o



es erradas do BCE

governo espanhol tem vindo a considerar. O parecer foi publicado em novembro e tenta proteger os bancos da tributação. É mais uma prova de que a relação entre o BCE e os bancos comerciais é simbiótica: o BCE ajuda os bancos a permanecerem não apenas “grandes demais para falir”, mas também demasiado ligados politicamente para serem taxados.

O governo socialista espanhol – que respondeu que iria em frente com a lei – pretende tributar os juros e receitas de comissões (taxas) dos bancos. O imposto dificilmente

pode ser considerado excessivo. É válido por dois anos (2023-24), aplica-se apenas a bancos com rendimentos superiores a 800 milhões de euros, cobre apenas o resultado líquido e a taxa é de apenas 4,8%. A proposta é motivada pelo desejo de distribuir mais equitativamente o ónus da inflação na Espanha.

Barreira**

O BCE reconhece que a receita líquida de juros “tende a aumentar à medida que as taxas de juros aumentam” ➡

e que “as famílias de baixos rendimentos são mais atingidas” pelo aumento dos preços da energia, uma vez que “gastam uma proporção maior do seu orçamento em bens relacionados com energia”. A desvantagem do imposto parece ser que os acionistas e os banqueiros verão os seus bónus e dividendos reduzidos.

Para o BCE, taxar os bancos põe em risco a estabilidade financeira da zona euro – identificando essa noção genérica com a “resiliência” dos bancos antes de reduzi-la à rentabilidade. Lucros reduzidos iriam de facto afetar o crescimento, pois os bancos emprestariam a juros mais altos. O BCE também desaconselha a taxação de instituições financeiras para financiar os gastos do governo: as políticas fiscal e monetária, diz, devem ser separadas. Também refere que a concorrência entre os bancos seria prejudicada pela proposta.

Com taxas de capital de 4% a 5%, os bancos são, de facto, insolventes por defeito. Pode muito bem ser que tributar moderadamente os lucros significaria problemas. Além dos próprios bancos, no entanto, o arquiteto dessa constante ameaça de falência é o seu supervisor – o BCE. Se o BCE (com razão) julgar os bancos frágeis, devia impor requisitos de capital próprio mais elevados, a começar com uma moratória sobre pagamentos de dividendos e de bónus.

Desde o colapso financeiro global de 2008, os bancos tiveram que ser resgatados com o dinheiro dos contribuintes, pois detêm o monopólio da execução de transações financeiras e da oferta de contas financeiras. A privatização destas duas funções públicas vitais (como diria o economista Karl Polanyi) obviamente justifica a supervisão dos bancos comerciais. O BCE está encarregue disso desde 2014, mas não age em conformidade.

Em vez disso, permite que a chantagem do “demasiado grande para falir” continue, sugerindo que os bancos aumentarão as taxas de juro se tributados de forma moderada, ainda que o aumento das taxas de juro seja exatamente o que o próprio BCE tem feito em 2022. Em vez disso, podia anexar condições de empréstimo aos bancos.

Sentido único

O pedido para separar as políticas fiscal e monetária expõe mais dissonância cognitiva. Desde 2008, o BCE tem endossado o resgate dos bancos (monetário) com dinheiro dos contribuintes (fiscal). Em 2010, enviou cartas secretas ao governo irlandês para pressionar Dublin a usar gastos públicos para salvar os detentores de títulos dos bancos – contra a ameaça de que a “assistência de emergência à liquidez” seria negada aos bancos insolventes, levando assim à falência de todo o sistema. No seu papel de membro (com a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional) da ‘troika’, o BCE também obrigou a Grécia, em 2010-15, a reembolsar os credores bancários aumentando os impostos sobre as famílias e o consumo (IVA). A tributação sobre os cidadãos deve, portanto, ser aumentada para pagar aos bancos, mas

os bancos não podem ser tributados para financiar os gastos de governos que apoiam os cidadãos.

Era irrelevante para o BCE se os cortes nos gastos diminuam a “resiliência” do público grego. De facto, os Memorandos de Entendimento (MoU) com a Grécia não poderiam ser contestados por violação dos direitos laborais ou sociais, porque o Mecanismo Europeu de Estabilidade – que recebia empréstimos de bancos e depois emprestava à Grécia, que posteriormente reembolsava os mesmos bancos, o BCE e o FMI – está fora da lei da União Europeia.

Essa fusão assimétrica de política fiscal e monetária é reiterada no parecer sobre a Espanha. O BCE desaconselha o apoio fiscal genérico às famílias, pois isso ameaçaria a sustentabilidade da dívida – sendo um dos credores da Espanha, ao lado dos bancos comerciais.

Incoerência

Quanto à reivindicação do BCE sobre a concorrência, é de facto insatisfatório que apenas os bancos espanhóis sejam tributados. Em 2010-13, no entanto, o BCE lutou com unhas e dentes para bloquear um imposto em toda a UE sobre transações financeiras que vários Estados-membros apoiaram. O então presidente do BCE, Jean-Claude Trichet, opôs-se a isso por colocar “areia na máquina”. Além disso, a diferenciação dos níveis de tributação é parte integrante da UE. O imposto corporativo é mais baixo na Irlanda, a isenção de impostos para as igrejas gregas sobreviveu a todos os MoUs e os funcionários do BCE não são tributados. Para o bem ou para o mal, a política fiscal é prerrogativa dos Estados-membros.

Claro, muitos atores tentam influenciar os governos a reduzir a tributação para si ou para os seus aliados. Um deles é o BCE, que se opõe consistentemente a qualquer taxação de agentes financeiros. Aconselhou, por exemplo, em 2019, contra uma proposta legislativa no parlamento lituano que tributava “ativos de certos participantes do mercado financeiro”.

A única instituição verdadeiramente supranacional da UE está a trabalhar ativamente contra os cidadãos europeus para enriquecer os acionistas e os banqueiros. Isso não é surpreendente, dadas as suas atividades na crise da zona euro e a porta giratória entre o BCE e os bancos comerciais. Mas é profundamente antieuropeu. ▀



*Professor de Economia no Departamento de Estudos Europeus da Universidade de Amsterdão

**Subtítulos da responsabilidade da Redação



O Mais Sindicato organizou a festa de passagem de ano na Quinta do Serpa Morgado, em Vialonga, num evento que contou com a participação de 250 pessoas, entre sócios, familiares e amigos.

Como bom réveillon que se preze, não faltaram a excelente gastronomia portuguesa, a música e o fogo-de-artifício à meia-noite para assinalar a transição para o novo ano.

A animação musical ficou a cargo do saxofonista e DJ David Carrapo, que colocou os participantes a cantarem e a dançarem. Para os mais novos houve insufláveis, algodão doce e pinturas faciais.

Entrar em 2023 com o pé direito

A passagem de ano do MAIS foi um verdadeiro sucesso. Animação, boa gastronomia e esperança num ano melhor foram os motes para uma grande noite

PEDRO GABRIEL

A boa disposição foi uma constante ao longo da noite, nos brindes à mesa, nos passos de dança ou nos desejos de saúde e sorte para o novo ano.

No evento também marcaram presença vários elementos da Direção do Mais Sindicato, que agradeceram a forte adesão dos sócios e fizeram votos de um próspero 2023. ▶



Almoço-convívio reuniu antigos bancários

O 60.º Convívio dos Informadores Bancários realizou-se no dia 7 de janeiro, em Algés, depois de uma pausa forçada devido à pandemia. Com a presença de 32 pessoas, a confraternização decorreu num ambiente de grande entusiasmo por finalmente a reunião ter tido lugar.

A Comissão Permanente deixou os agradecimentos aos presentes e lembrou os colegas entretanto falecidos durante este período.

João Moreira e Cristina Trony representaram a Direção do Mais Sindicato, salientando o momento difícil que os bancários atravessam e o esforço do Sindicato para que os reformados recebam o complemento da meia pensão.

Em aberto ficou a possibilidade de o 61.º Convívio se realizar no Centro de Férias e Formação em Ferreira do Zêzere em janeiro do próximo ano. ▶



Karting

Homenagem emocionante a colega falecido

Na final do campeonato de karting, os pilotos homenagearam António Faria e Silva, participante assíduo das corridas, falecido em setembro do ano passado

António Manuel Santos Faria e Silva, ou simplesmente Tó como era conhecido entre os participantes das provas de karting, faleceu no dia 30 de setembro de 2022, com apenas 59 anos. Quis o destino que o pior acontecesse a fazer aquilo de que tanto gostava, em pista ao volante de um kart.

No dia 15 de outubro, em Évora, após a final do campeonato interbancário, a Comissão Organizadora, composta por João Toscano e João Cordeiro, entregou um troféu simbólico, assinado por todos os participantes, à esposa e ao filho de António, Luísa e Diogo Costa, respetivamente, naquele que foi naturalmente um momento marcado por muita emoção e saudade. ▶



A imaginação é o limite

Um cão feliz em Macieira

O "Adro", hoje, com direito a nome
Era um lazarento cão de rua, abandonado
Que tinha por companheira a negra fome
Um escorraçado pela vida de lado para lado.

O "Adro", cão tristonho e amargurado
Fúgido, amedrontado, muito assustadiço.
Um solitário animal, muito assombrado
De olhar meigo, mas tristonho e mortiço.

Pêlo seboso, emaranhado, selvagem.
Magricelas, costelas coladas à barriga
Comer? Não era mais que uma miragem...
E só à custa de brutal e perigosa briga.

A própria sombra lhe metia medo
Quanto mais os cães ditos pujantes,
Que violavam o seu direito ao sossego
Pelos seus feitios e caracteres acutilantes.

Agora, umas vizinhas suas benfeitoras,
Boas tratadeiras e fazedoras do bem
Dão-lhe tenra carne e arroz de cenoura
E a necessária adequada ração, também!

O "Adro" anda agora todo satisfeito
Manganão e até, um pouco vaidoso...!
Exibe-se ufano aos outros, de peito feito,
- Atenção: "Eu, agora, sou cão perigoso...!"

Anda por todo o lado forte e confiante,
Um presunçoso, alegre e feito pimpão.
Não é um qualquer pinguça meliante
Que o assusta, e menos um qualquer cão!

É, o "Adro", claramente, hoje, um cão feliz
E espelha abertamente, sua enorme gratidão!
O abanar do rabo - limpa brisas -, assim o diz
De olhar apontado e fixo em quem lhe dá ração.

O cão é como um de nós,
Nós não somos como o cão.
Não conseguimos dizer com a voz
O que o cão diz com o olhar: Gratidão!

Arménio Baptista
Sócio n.º 8155

José M. S. Caria
Sócio n.º 17496

Mônada

Morrer é unicamente
Esquecer-se de si.
Apenas,
Um despir de pele
Uma sede bebida
Em outra sede
Falsa despedida.
Um outro tempo
Que decompõe
O composto.

Cai o pano
Eleva-se o rosto.
Recolhe-se o véu
Um outro céu
Se avista.
Rompem-se
As cortinas
De uma imaginação
Bordada.

Evaporam-se as palavras
Não há sinais de pranto.
Escuta-se
Em curta distância
O soar do coração
Sorve-se o suor
De qualquer emoção.

Ora-se
Outra oração
Um hino
A meias
Com o sol-posto
Um ponte
Alucinante.

Um lustre de vida
Despiu-se seu Rosto
No firmamento
Fulge
Outro Encantamento.
De braço dado
Vida antes da Vida
Indissolúvel
Indestrutível
A Quinta Dimensão.

Malika
Sócia n.º 30916

**Os associados do MAIS têm
nesta página oportunidade de publicar
poemas, pequenos contos
e desenhos da sua autoria.
A seleção das obras enviadas
rege-se por critérios editoriais.
Os textos para publicação não podem
exceder os dois mil caracteres**

Trovoada

Ribombam os trovões lá longe no horizonte!
Nas árvores os pardais atropelam-se ao fugir!
Para onde vão? Não sabem! Fogem da morte!
Ali não podem permanecer até novo devir.

Algures se vislumbram uns velhos beirais!
Ali se vão acoitar e logo eles se vão encher.
São as andorinhas que fogem dos temporais,
Cruzam os horizontes e ali ficam a permanecer.

É uma alegria vê-las no ar a voar e a esvoaçar
Recordam-me as gaivotas que nas tempestades
Partem para terra, voltam para matar saudades,
Quando o tempo amainar e a tormenta passar.

Finalmente o mau tempo passou, não há trovoada.
Deixou de chover e novamente regressa a
passarada.

Agora, em sítio certo e calmo voltam aos seus
lugares.
Pela natureza deslumbrante passeio os meus
olhares.



ANO NOVO!
ÓCULOS NOVOS!

DESCONTO
100%
a
Sócios do
MAIS Sindicato



de 16 de janeiro a 15 de fevereiro

ARMAÇÕES
SELECIONADAS

- Óculos sem custo destinados exclusivamente a sócios do MAIS Sindicato
(sujeito aos limites impostos pelo Regulamento do SAMS)
- Lentes monofocais ou progressivas "Vanguard"
- Armações selecionadas
(sujeito ao stock existente)

LENTE
MONOFOCAIS

LENTE
PROGRESSIVAS

A Orquestra

São 36 nomes de instrumentos musicais. Estão em todos os sentidos, menos na diagonal. Uma letra pode ser comum a 3 palavras. As 11 letras sobrantes formam um provérbio. Indique-o.

M A R A C A R R A T I U G
E D A C O N G A P R A H A
L U G O N G O I X A R I L
O F A R C L A R I N E T E
F E I N E O J E L A E R I
O V T E R V I T O B S O V
N M A T T A B A F M T M I
E I O A I R A B O A A P O
O L B A N C L O N G A A L
Ã O M F A A A Z E É O B O
C D O V I O L I N O F É N
E N B A N Z A M I R A L C
B A T E L O I V I O L A E
A B A N J O C Í T A R A L
R F L A U T A S I S T R O

A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

Pergunta Enigmática

**Duas amigas estavam
a passear quando
a uma delas lhe faltou o ar
e morreu de repente.**

— Como se chamam as duas amigas?

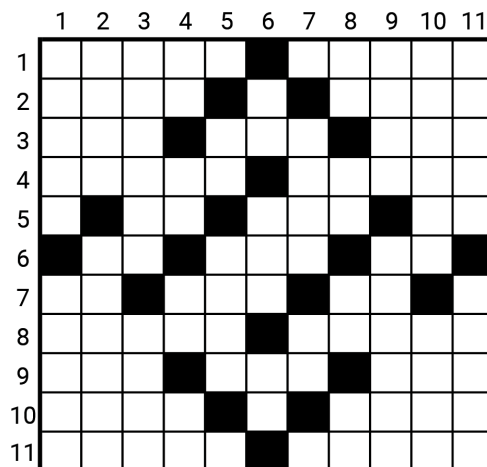
ADRIANA SILVA | Funchal
A sortear: PRÉMIO MAIS

Palavras-cruzadas

Problema 438

HORIZONTAIS:

1 – Tornar. Vagar. 2 – Cheiro. Farripa. 3 – Pesar. Ponderar. Certo número. 4 – Vasilha com asas [regionalismo]. Esconde. 5 – Do que [arc.]. Albino [Brasil]. Símbolo de *amerício*. 6 – Vértebra caudal dos animais. Carlinga do navio. Aquelas. 7 – Responsável. Senhora [Brasil]. Prep. indicativa de *matéria*. 8 – Igual. Total. 9 – Saúde. Ressumo. Flor-de-lis. 10 – Membro da antiga congregação dos Cónegos de S. João Evangelista. Gemes. 11 – Igual. Fuja [pop.].



VERTICAIS:

1 – Cortes. Intriga [Cabo Verde]. 2 – Gemidos [Brasil]. Irritabilidade. 3 – Arca em que os comediantes levavam os seus vestuários e adereços; Doçura [fig.] (pl.). 4 – Símbolo de *érbio*. Bate. Forte. Interj. que exprime *espanto* [Brasil]. 5 – Siga. Devotos. 6 – Meu [arc.]. Camareira. Uno. 7 – Sinal. Chão [fig.]. 8 – Sopros. Grande quantidade. O [arc.]. Interj. que exprime *alegria*. 9 – Nada.; Ausência congénita de membros. 10 – Eras. Ninho [regionalismo]. 11 – Moem. Birra [coloq.].

A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA
Dicionários adotados: da Língua Portuguesa e dos Verbos Portugueses, da Porto Editora.

Enigma Figurado

(expressão corrente)



A sortear: PRÉMIO MAIS

“Onde se estiver bem é onde fica a nossa pátria”

Cícero (106-43 a. C.), político e escritor latino

Resultados do «Tempo Livre» 436



Palavras-Cruzadas:

Premiado: Gilda Maria Vicente Marques (Torres Vedras).

Corolas Geminadas:

Pelota, Olival, Vedada, Catana, Alarde, Radial, Tansos, Sedaço, Alarme.

Premiado: Maria do Carmo Bilro Gaspar (Évora).

Hieróglifos Comprimidos:

1 – Camisola. 2 – Sobremesa. 3 – Dá cá toma lá. Premiado: Virgílio Atalaya (Lisboa).

Enigma Figurado:

Em casa do Diabo (Em Cascos de Rolha, em local longínquo). Premiado: Sílvia Lourenço Almeida (Bobadela - LRS).

«Tempo Livre» 438

Ano XXVIII

Respostas até 28. fevereiro. 2023



PROTOCOLO SERVILUSA

CONDIÇÕES ESPECIAIS

PARA SÓCIOS DO SINDICATO E FAMILIARES

PLANO FUNERAL EM VIDA | SERVIÇO FUNERÁRIO



**ESCOLHEMOS
COMO VIVER A VIDA**

Agora podemos escolher como nos despedimos dela.

Stannah

ELEVADORES DE ESCADAS

DESCONTO
DIRETO IGUAL AO
IVA

Aproveite a nossa campanha e tenha um
DESCONTO IGUAL AO IVA* na compra de
um elevador de escadas Stannah.



Elevadores para Escadas Retas

Uma solução que supera as dificuldades de subir escadas retas. O assento almofadado giratório ou não, está disponível em seis cores.



Elevadores para Escadas Curvas

Solução segura e confortável para escadas com curvas ou patamares, especial para interiores. Várias cores, combina com a sua decoração.



Elevadores para Escadas Exteriores

Uma solução para as suas escadas retas exteriores, fabricado em materiais resistentes e totalmente à prova de água. Disponível em várias cores.

Avaliação de mobilidade gratuita

Antes de equacionar a compra de um equipamento é muito importante fazer uma avaliação.

Instalação gratuita

Uma equipa instala o seu elevador de escadas sem custos e em menos de um dia.

SEM CONTRATOS DE MANUTENÇÃO

Compre um elevador, não um plano de manutenção. Não se iluda - a última tecnologia faz destes equipamentos tão fiáveis que a necessidade de manutenção é praticamente inexistente.

PRÊMIO
CINCO
ESTRELAS

2023

EQUIPAMENTOS DE MOBILIDADE

Solcite um orçamento gratuito e sem compromisso,
fale com um especialista e melhore a sua mobilidade.

808 918 388

Custo da chamada local

* Campanha válida para compras até 17 de fevereiro de 2023. Campanha Stannah não acumulável com outras ofertas ou promoções e sem efeitos retroativos. Imagens meramente ilustrativas. Oferta limitada ao stock existente.



CATÁLOGO
GRÁTIS

le o Código QR com
seu Smartphone e
descubra mais sobre
a campanha.



Código QR